

23 FEV 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

DOMINGO, 23 DE FEVEREIRO DE 1997

Economia - Brasil ECONOMIA

NÍVEL DE ATIVIDADE

Eleição de 98 dita ritmo da economia

Consultores apontam fim do primeiro semestre como data limite para adoção de medidas restritivas

DENISE NEUMANN

O calendário eleitoral está limitando o calendário econômico. O final do primeiro semestre de 1997 está sendo considerado por economistas e consultores como a data limite para que a equipe econômica adote medidas de restrição ao consumo, caso a atividade se mantenha aquecida como no início deste ano. A medida considerada mais provável pelos economistas é a limitação do número de prestações do crediário e outras operações de crédito, como leasing e consórcio. Neste caso, os maiores prejudicados seriam os consumidores de baixa renda.

- Esperar o segundo semestre pode comprometer o crescimento em 1998, dizem os economistas. E em ano eleitoral é conveniente ao governo que as notícias econômicas sejam boas. Ainda não existe consenso sobre a necessidade ou não de o governo adotar medidas restritivas.

- Carlos Kawall, economista-chefe do Citibank, não acredita que a economia vai desacelerar sozinha. O faturamento real do comércio cresceu em janeiro e a inadimplência manteve-se dentro do padrão normal. Para ele, medidas de contenção ao consumo serão necessárias e o final do segundo trimestre é a data ideal: "A maioria dos indicadores dão a sensação de que o País está crescendo acima do ritmo desejado", diz ele. Kawall lembra que a estratégia de crescimento do comércio, bancos e da própria indústria passa pelo alongamento do crédito e por isso ele continuará a ser

ofertado em abundância. Uma simulação feita pelo Citi mostra que em um cenário de crescimento do PIB superior a 5%, o déficit da balança comercial pode ultrapassar os US\$ 12 bilhões no ano de 1997. Para conter essa situação (se ela estiver se confirmando), Kawall avalia que o governo optará por diminuir os prazos de crediário e limitar consórcios e operações de leasing. Mudança na política cambial é descartada.

Carlos Guzzo, superintendente do departamento de economia do Banco Pontual, diz que a atividade foi bastante aquecida em janeiro. Segundo dados disponíveis na instituição, a produção de papelão ondulado foi 6% superior a do ano passado, as consultas ao Serviço de Proteção

ao Crédito (SPC) subiram 56% no mesmo período de comparação e o faturamento real do comércio aumentou 5,6%. Junto com esses dados "altos" de atividade interna, o déficit da balança comercial do primeiro bimestre pode ultrapassar US\$ 2 bilhões, quando a expectativa seria de US\$ 1 bilhão negativos nestes primeiros dois meses. "Não é um quadro explosivo, mas pode levar a adoção de medidas", diz Guzzo, explicando que o governo ainda deve esperar um pouco mais para tomar essa decisão.

Para o economista do Pontual, o limite também é o final do primeiro semestre. "Porque 1998 é ano eleitoral", adverte. Restringir o prazo do crediário é a medida mais provável na sua avaliação. "Mas é impopular", acrescenta, lembrando que é justamente a população de baixa renda que mais se beneficia dos prazos de 24 ou até 36 meses de pagamento, apesar do custo elevado dos juros.

O QUE FAZER

Medidas que poderiam ser adotadas na avaliação dos economistas

MAIS PROVÁVEIS

- Redução dos prazos do crediário, limitando o parcelamento a 12 ou 18 vezes (reduz o consumo de parte da população, especialmente de baixa renda)
- Aumento do IOF incidente sobre as operações de crédito (encarece o custo dos financiamentos)

MENOS PROVÁVEIS

- Aumento da taxa de juros (impacto negativo sobre a dívida pública e sobre a dívida das empresas)
- Maior recolhimento de compulsórios (ruim para os bancos, embute risco de aumento da inadimplência)

MEDIDA REJEITADA

- Correção da taxa de câmbio (impacto na inflação e ambiente de incerteza)



Artista

POPULAÇÃO
POBRE PODE
PERDER OPÇÃO
DO CREDIÁRIO